EVENTO

"DIÁLOGOS CAPITAIS: METRÓPOLES BRASILEIRAS – O FUTURO PLANEJADO"



"Mobilidade – Caminhos para o Futuro"

Ricardo Young — PPS Vereador — Município de SP

f ricardoyoungvereador http://www.ricardoyoung.com.br/





Valores que norteiam a atuação do mandato

Mudança de uma cidade

"socialmente excludente e buraco negro de recursos naturais"

para

"includente e prestadora de serviços ambientais"





Essa lógica aplicada a Mobilidade

- Menor impacto ambiental
- Menos dependente do automóvel,
 - Pró transporte público
- Menor demanda de combustível fóssil
- Incentivadora da economia do combustível renovável e de geração descentralizada.





Mobilidade

Definição de Mobilidade Urbana

Política Nacional de Mobilidade Urbana

"condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano"

- Pedestre e Calçadas
- Táxis
- •Bicicleta e outros meios não motorizados
- •Ônibus e Vans
- Hidroviário;
- Aeroviário;
- Automóveis privados:
- Metro, Trens e VLTs;
- Caminhões;

Questões Transversais:

Conexões e área de cobertura

Segurança e acessibilidade

Conforto e qualidade

Tarifas e Incentivos

Fonte energética

Horários de atendimento e pontualidade

Velocidade

Governança: múltiplos níveis





Mobilidade e PDE

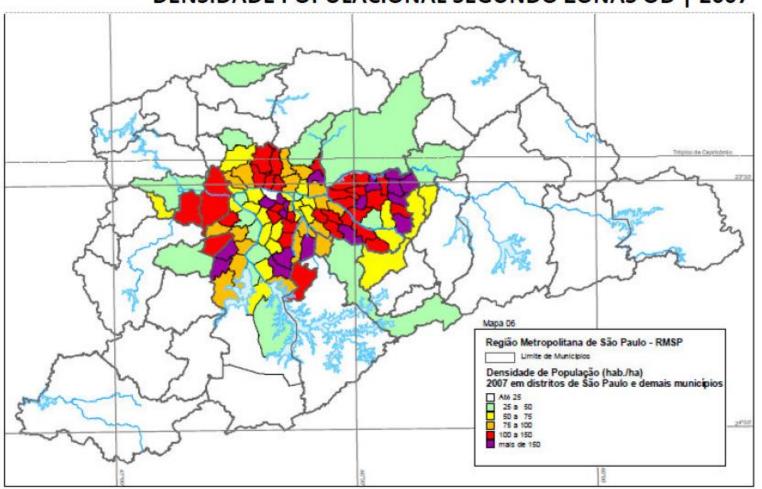
Planejamento Urbano e deslocamentos

- Cidade de urbanização espraiada e de forma precária e desigual;
- Desencontro entre a densidade demográfica (concentração de pessoas) e oferta de empregos:
 - Distritos mais populosos na periferia do que região do centro expandido;
 - Distritos com maior oferta de emprego concentrados na região "entre rios" (Tietê + Pinheiros e Tamanduateí)





DENSIDADE POPULACIONAL SEGUNDO ZONAS OD | 2007



Fonte: Metrô Pesquisa Origem Destino , 2007 - Síntese das Informações da Pesquisa Domiciliar – dezembro 2008

Fonte: http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/

Arquivo: "Mobilidade"





Desafios oriundos deste cenário

A Região Metropolitana de São Paulo tem cerca de **29,7 milhões de viagens motorizadas por dia** e **13,9 milhões de viagens não motorizadas**. (Pesquisa de Mobilidade 2012, GESP);

Deste total, **54** % (ou 16 milhões de viagens diárias) **são realizadas por transporte coletivo**:

- Ônibus: 12, 5 milhões de viagens (70%)
- Metrô: 3,2 milhões de viagens (18 %)
- Trem: 2,1 milhões de viagens (12 %)





Desafios oriundos deste cenário

As vias são ocupadas com a seguinte distribuição (horário de pico):

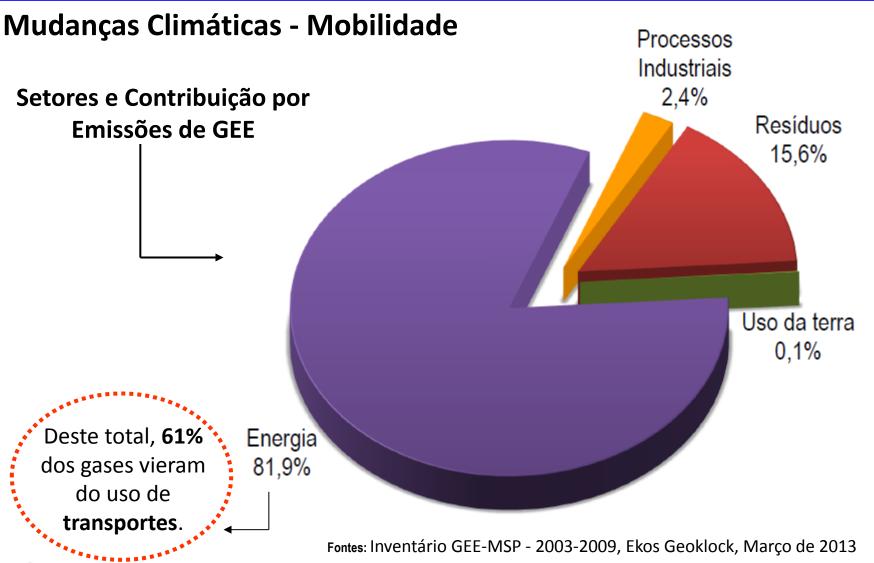
- Carros: 79%; (Média de 1,4 usuários por carro)
- Motocicletas:16% (Média de 1,1 usuários por veículo)
- Caminhões: 2%;
- Ônibus Urbanos 3%; (Média de 71,5 usuários por veículo)
- Ônibus fretados 1%;

Com velocidade média entre 18 e 22 Km/h

(Pesquisa de Desempenho do Sistema Viário Principal - Volume e Velocidade - PMSP-CET, 2012)











Plano Diretor Estratégico (PDE)

Novo PDE:

Prazo: 15 anos (2029), com revisão participativa em 2021;

Destaques:

- Cidade Compacta e menos dependente do automóvel: Adensamento nos Eixos de Transporte Público; Contenção do crescimento horizontal.
- Correção das desigualdades socioterritoriais: readequação dos distritos com condições precárias de moradia e geração de emprego e renda em áreas economicamente subutilizadas;
- Sustentabilidade: desafio incorporado; ZEPAMs, Área Rural; Pagamento por Serviços Ambientais; Critérios para o Zoneamento e Código de Obras.





Eixos de Estruturação e Transformação Urbana (Eixos de Adensamento)

<u>**Objetivos:**</u> "adensamento populacional e construtivo articulado a uma qualificação urbanística dos espaços públicos, mudança dos padrões construtivos e ampliação da oferta de serviços e equipamentos públicos";

Como? Adensamento populacional e Construtivo:

Áreas Influenciadas:

Linhas de Trem, Metrô, Monotrilho, Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) e Veículos Leves sobre Pneus (VLP) elevadas:

Linhas de Veículos Leves sobre Pneus (VLP) não elevadas e nas linhas de Corredores de Ônibus Municipais e Intermunicipais com operação em faixa exclusiva à esquerda do tráfego geral, contém as quadras internas às linhas paralelas ao eixo das vias distanciadas com:

Sistema de Mobilidade

O conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, serviços, equipamentos, infraestruturas e instalações operacionais necessários à ampla mobilidade de pessoas e deslocamento de cargas pelo território municipal visando garantir a qualidade dos serviços, a segurança e a proteção à saúde de todos os usuários, principalmente aqueles em condição de vulnerabilidade social, além de contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

Componentes do Sistema de Mobilidade:

- sistema viário;
- sistema de circulação de pedestres;
- sistema de transporte coletivo público;
- sistema de transporte coletivo privado;
- sistema cicloviário;
- sistema hidroviário;
- sistema de logística e transporte de carga;
- sistema aeroviário.

A PMMC determina que até 2018 Os programas, contratos e autorizações municipais de transportes públicos devem considerar redução progressiva do uso de combustíveis fósseis, ficando adotada a meta progressiva de redução de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada ano, a partir de 2009 e a utilização, em 2018, de combustível renovável não-fóssil por todos os ônibus do sistema de transporte público do Município.

<u>PMMC – Situação Atual:</u>

<u>Suspensão / Paralisação do Ecofrota</u>

12/04/2014



http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,sp-paralisa-projeto-de-frota-ecologica-de-onibus,1152687,0.htm





□**@planejasampa**

Plano de Metas (2013-2016):

Mobilidade:

- Corredores de ônibus (150km);
- Faixas exclusivas de ônibus (150km);
- "Arco do Futuro" (moradia e emprego);
- Moradia no centro;
- Pólos descentralizados de desenvolvimento econômico;
- Ampliar o Programa de Proteção ao Pedestre;
- Modernizar a rede semafórica;
- Implantar rede de 400 km de vias cicláveis





2013-2016





Mobilidade

Mandato do Vereador Ricardo Young - PPS





Inspeção Veicular

Atual governo propõe e aprova a Lei nº 15.688 / 2013, que altera, flexibilizando a inspeção veicular no município de São Paulo.

A nova regra tem a seguinte obrigatoriedade e periodicidade:

- Anual para a frota a diesel;
- Demais veículos:
 - dispensados da inspeção os veículos novos nos 3 (três) primeiros anos;
 - bienal, devendo ser realizada no 3º (terceiro) exercício após o primeiro ano; a partir daí, em exercícios alternados;
 - anual, devendo ser realizada no 9º (nono) exercício após o primeiro ano; a partir daí, em todos os anos seguintes.

A inspeção foi paralisada, uma vez que a prefeitura contestou o contrato de prestação de serviço e teve novo edital relançado no dia 16/04/2014;

Previsão de reinício para Setembro de 2014.





Projeto de Lei do Táxi Compartilhado

Cria o Sistema de Táxi - Compartilhado no município de São Paulo.

Adesão: a adesão dos taxistas ao Sistema Taxi – Compartilhado será feita de forma voluntária;

Funcionamento: Rotas fixas e que utilizem caminhos alternativos aos das linhas de ônibus tendo:

- Ponto de partida: estações de metro, de trens da CPTM, terminais de ônibus e rodoviários e outros pólos geradores de viagens, como centros comerciais, shopping centers;
- Destino final: bairros que estejam a no máximo de 10 kilometros de distância do ponto de partida;

Aprovado em primeira votação (1 de 2)

Mobilidade - Mandato do Vereador Ricardo Young - PPS

Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Transporte Público – CPI:

Após as manifestações de Junho de 2013, tendo a questão da tarifa (aumento e passe livre) do ônibus como um dos estopins, houve forte pressão popular para que o sistema municipal de transporte público, em especial ônibus e vans, fosse mais transparente.

Atendendo a essa demanda, apresentamos proposta de instauração de CPI para investigar os contratos e a execução das concessões e permissões destes serviços;

Foi aprovada no final de Junho de 2013 a CPI proposta pela base do governo. Com foco nos transportes metropolitanos (Governo do Estado de SP) e cujos resultados, apresentados em fevereiro de 2014, ficaram aquém do que se esperava.

A licitação de ônibus e Vans, a ser realizada em Junho de 2013, devido aos protestos, foi suspensa. Desde então os concessionários e permissionários operam em caráter emergencial;

O Executivo instaurou auditoria externa para verificar os contratos e dar bases para uma nova licitação;

Nova licitação deve ocorrer somente em 2015





